Até 2024

# Diretoria toma posse no Sindicato dos Servidores

Por causa da pandemia de coronavírus, a entidade optou por uma transmissão de cargo simples

JF PIMENTA/ ARQUIVO

Larte Carlos Augusto foi reeleito presidente

Na manhã desta terça-feira, 24 de março, foi realizada a cerimônia de posse da Chapa União e Luta, eleita como a nova diretoria do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapará e Pradópolis (SSm/RP) para o mandato 2020/2024. Por causa da pandemia de coronavírus, com a adoção das medidas propostas pelas autoridades de saúde com foco na prevenção e para evitar a disseminação da covid-19, a entidade optou por uma transmissão de cargo simples, possibilidade prevista no artigo 152 do estatuto.

Para Laerte Carlos Augusto, presidente eleito da nova gestão "o mandato anterior terminou com êxito, apresentando resultados positivos em muitas frentes. Fizemos ajustes, mudanças e correções. Mas o maior êxito foi criar condições para unirmos amplas forças na chapa que assumiu hoje a direção da entidade. O momento atual e futuro proporcionou reflexões e discussões construtivas em busca de novas soluções para juntos enfrentarmos o que temos pela frente. E não é pouca coisa o que temos pela frente."

Para o presidente da entidade, "o novo mandato que iniciamos à frente da entidade se dá num momento emblemático, onde a epidemia do coronavírus está impactando rápida e profundamente toda a sociedade brasileira e o mundo se paralisa diante das incertezas da pandemia. Temos como ação central manter de pé e em plena atividade a luta da entidade pelos direitos e anseios da nossa categoria. Respeitaremos as medidas de isolamento recomendadas para prevenção da doença, mas a atividade do Sindicato é essencial. Num momento como este, a categoria não ficará sem representação, proteção e defesa".

Laerte explicou ainda que, embora os prazos processuais encontrem-se suspensos e voltarão a correr somente após o Judiciário cessar a suspensão, a defesa da categoria não se interrompeu nos tribunais ou fora deles. "Mesmo interrompendo o atendimento presencial, asseguramos a continuidade do pleno funcionamento do nosso Departamento Jurídico pois uma ação judicial não é brinquedo, nem uma aventura. Processo na Justiça é coisa séria e assim estamos nos preparando, buscando novos julgados e fundamentações para quando os prazos voltarem a correr", garantiu o presidente da entidade.

Logo após a posse, o presidente do Sindicato conversou com os novos vice-presidentes e diretores da entidade e já determinou a produção de um comunicado oficial da entidade a respeito da falta de EPIs (Equipamento de Proteção Individual) para a proteção dos servidores municipais em atividade. O Sindicato irá informar em instantes aos servidores e trabalhadores públicos o que fazer em caso de falta de EPIs e não descarta recorrer à Justiça em busca do direito de recusa ao trabalho em caso risco à vida.

A eleição aconteceu em 5 e 6 de fevereiro. Foram computados 1.526 votos em 14 urnas fixas cinco itinerantes, sendo 18 nulos e 17 em branco – 2,26% do total. A chapa 1, Unidade e Luta, venceu com 1.179 votos (77,3%), mantendo Laerte Carlos Augusto na presidência. A chapa 2, Movimento por um Sindicato de Todos (SindTodos), encabeçada pelo servidor Wulf Glakowicz, recebeu 160 votos (10,48%). A chapa 3, SindLuta, cujo candidato à presidência era Alex Ramos Neves, ficou com 152 votos (9,96%).

Covid-19

## Procon já tem quase seis mil atendimentos

O @proconsp, vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania, registrou até o final da segunda-feira, 23 de março, 5.914 atendimentos sobre problemas relacionados ao covid-19: cancelamentos de viagens, eventos e outros contratos, além de denúncia de abusividade de preços e ausência de produtos. Dessas demandas, 3.251 são reclamações e 2.663, consultas.

Das 3.251 reclamações registradas, 1.687 foram contra agências de viagens e 1.063, contra companhias aéreas. Os consumidores também reclamaram de farmácias/lojas/mercados (327 casos), programas de fidelidade (67 queixas), cruzeiros (50 casos), e de problemas com ingressos e eventos (57 queixas).

Direitos do consumidor – O @proconsp reitera que é importante que o consumidor siga as orientações dos órgãos competentes – Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e Secretaria da Saúde – a fim de se proteger e evitar a propagação do covid-19. A situação de pandemia mundial exige de todos serenidade e cautela.

O momento de crise requer uma visão e estratégia diferentes para garantir o atendimento ao consumidor, conciliando a sua proteção com a continuidade do desenvolvimento econômico. A radicalização pode levar à judicialização e não resolve o problema. O @proconsp entende que é fundamental que os fornecedores se coloquem no lugar dos consumidores e façam por eles o que gostariam de receber se estivessem naquela posição.

E sugere como opção preferencial dos consumidores a conversão do serviço em crédito para ser usufruído em momento posterior, a seu critério, sem a imposição de qualquer cobrança de taxa, multa ou outra forma de penalização, como retenção de parte de valor. Os serviços que puderem continuar a ser prestados a distância não precisarão ser interrompidos. A solução deverá ser guiada pelos princípios da boa-fé, razoabilidade, proporcionalidade e transparência, sendo imprescindíveis equilíbrio e bom senso.

Preço abusivo – De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), é caracterizado como prática abusiva elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. Desta forma, se o consumidor se deparar com algum valor de produtos ou serviços relacionados ao coronavírus que considere abusivo, poderá registrar reclamação junto ao @proconsp.

A diretoria de fiscalização irá solicitar esclarecimento junto ao fornecedor que poderá responder a processo administrativo e até ser multado caso a infração seja constatada. O @proconsp disponibiliza canais de atendimentos à distância para intermediar conflitos e orientar os consumidores: via internet (www.procon.sp.gov.br), aplicativo - disponível para android e iOS – ou via redes sociais, marcando @proconsp, indicando o endereço ou site do estabelecimento.

## Parlamentares querem barrar restrição à LAI

A suspensão do atendimento de pedidos via Lei de Acesso à Informação (LAI), colocada em medida provisória do presidente Jair Bolsonaro, foi vista por alguns deputados e senadores como um meio do Executivo aproveitar a crise da covid-19 para impor censura a dados do governo. Congressistas querem derrubar o texto por meio de emendas e até na Justiça.

A MP 298 foi editada pelo governo Bolsonaro na noite da segunda-feira (23) e possibilita a órgãos públicos descumprirem prazo estipulado em lei para responder pedidos feitos por cidadãos via LAI. A proposta também impede os solicitantes que tiverem seus pedidos suspensos de recorrer em outra instância, impossibilitando a atuação da Controladoria-Geral da União (CGU) em analisar o cumprimento da LAI.

O deputado federal Kim Kataguiri (DEM-SP) apresentou nesta terça-feira, 24 de março, um pedido de para que seja retirado do texto tudo o que é referente à lei de acesso à informação e fique apenas os trechos que tratam sobre revogação de contrato de trabalho, o principal tema do texto presidencial.

Já a Rede prepara uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a medida. "O que Bolsonaro quer é se aproveitar da calamidade pública para dar cabo dos seus instintos autoritários Suspender a LAI agora só favorece a corrupção, porque foi suspenso o limite de gastos do governo, e ofende a democracia e a Constituição", disse o senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ao Broadcast Político.

Para o líder do Solidariedade na Câmara, deputado Zé Silva (MG), o Congresso deve tomar todas as medidas para ajudar no combate da crise, mas ter cuidado para "não retroagir nas conquistas". "Como vou utilizar mais recurso público sem transparência? Justamente por isso criamos a comissão para acompanhar os gastos com o decreto de calamidade pública. A população precisa saber como os gastos estão sendo feitos", disse.

O diretor executivo da ONG Transparência Brasil, Manoel Galdino, afirmou considerar "um absurdo" a medida provisória. "A medida provisória é um absurdo. No momento em que a gente precisa de transparência, em que países asiáticos como Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura estão mostrando como a transparência é fundamental, faz parte da política pública de enfrentamento à doença, a comunicação com o público, o governo limita o acesso à informação", afirmou Galdino.

A Ordem dos Advogados do Brasil vai ajuizar ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal questionando os artigos da MP 928/2020. A entidade aponta ilegalidades nos mais polêmicos dispositivos da Medida Provisória, como a suspensão de prazos, a necessidade de reiterar pedidos após o estado de calamidade, e a "recusa do direito ao recurso".

Por enquanto, a entidade divulgou um parecer conclusivo em que opina pela irregularidade da MP. O documento é assinado pelo presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, e por Marcus Vinícius Furtado Coêlho, presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais, e conclui que é "cabível e necessária" uma ação no Supremo contra a medida.

## Bolsonaro volta a falar em 'histeria'

Em pronunciamento em rede nacional de TV nesta terça-feira, 24 de março, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) voltou a falar em "histeria" em torno da pandemia do novo coronavírus e criticou o fechamento de escolas, entre outras medidas adotadas por governos e municípios. O mandatário voltou ainda a citar a cloroquina, remédio que ainda não tem eficácia comprovada contra a nova doença, a covid-19.

De acordo com dados oficiais atualizados nesta terça-feira pelo Ministério da Saúde, o Brasil contabiliza 46 mortes e 2.201 casos confirmados, um aumento de 16,4% em um dia. "O que tínhamos que fazer naquele momento (no início das precauções) era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa", afirmou.

O presidente acusou a imprensa de ir na contramão e espalhar "a sensação de pavor, tendo como grande carro-chefe o grande número de vítimas na Itália, um país com um grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso", criticou. Não existem ainda evidências científicas para suportar a teoria de que climas quentes podem ajudar a aplacar a doença.

Bolsonaro elogiou as ações do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, no planejamento estratégico de esclarecimento e atendimento no Sistema Único de Saúde. Ao se usar como exemplo, o presidente disse que, caso ele contraísse o coronavírus, ele não sentiria nenhum efeito dado o seu histórico de atleta.

Bolsonaro viajou com ao menos 23 pessoas que receberam diagnóstico positivo para a doença. Há duas semanas, a imprensa pede os resultados dos seus exames para covid-19, mas não obtém resposta. O mandatário criticou também algumas autoridades estaduais e municipais que "devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transporte, o fechamento dos comércios e o confinamento em massa".

Segundo ele, não há motivo para fechar escolas, uma vez que o grupo de risco é composto por, também, pessoas com mais de 60 anos. "São raros os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos", disse. Durante o pronunciamento, Bolsonaro voltou a ser alvo de panelaços em ao menos nove capitais do País: São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Curitiba, Fortaleza e Porto Alegre.

Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), fizeram duras críticas a Bolsonaro. O senador disse que o pronunciamento do presidente da República foi grave e cobrou uma liderança "séria, responsável e comprometida com a vida e a saúde da sua população". Ele se pronunciou em nota divulgada pela assessoria de imprensa. Maia considerou "equivocado" o pronunciamento e criticou o fato de Bolsonaro usar a estrutura da transmissão para atacar a imprensa, governadores de Estado e especialistas em saúde pública.

ISAC NÓBREGA/ PR

Jair Bolsonaro em mais um pronunciamento "sem pé nem cabeça", uma rotina na carreira política de quem mama nas tetas do Estado há mais de 30 anos

## Transerp fecha retorno na Presidente Vargas

A Transerp informa que, desde terça-feira, 24 de março, com o andamento das obras de adequação da avenida Antônio Diederichsen com as avenidas Presidente Vargas e Itatiaia, o retorno situado na avenida presidente Vargas com a avenida Antônio Diederichsen sentido à avenida Portugal segue fechado. Condutores que trafegam pela Presidente Vargas sentido RibeirãoShopping e desejam acessar a Antônio Diederichsen, deverão obrigatoriamente seguir até o retorno em frente à rua Capitão Jarbas Viêira de Souza, continuar na Vargas na pista sentido Centro, à direita na rua Doutor Antônio Uchôa Filho, à esquerda na rua Thomaz Nogueira Gaia para acessar a Antônio Diederichsen.